

A bananeira

Sem ser arvore, rigorosamente, porque não tem tronco nem ramos, a bananeira é a rival da palmeira. A grandeza e formosura de suas assetinadas e virentes folhas lhe grangeariam esta competencia, ainda que não désse tão saboroso fructo.

Alexandre Magno deu-se por bem pago das fadigas que lhe causou a expedição das Indias, comendo de vez uma penca de bananas, que se cultivavam já por todo o Indostão.

Plinio descreve, com o sabor de um paladar regalado pelo agridoce da banana, todas as especies principaes d'esta planta alimenticia dos brahmanes.

Pozeram os botanicos á bananeira o nome de Musa, que foi o de um naturalista romano, medico do imperador Augusto, talvez porque lhe fez alguma cura com esta planta. Os modernos botanistas acrescentaram-lhe o sobrenome de paradisiaca, como se dissessem «planta do paraiso», porque entenderam que a figueira de cujas folhas se vestiu Adão depois do peccado, segundo diz o Genesis, era a bananeira, e não a figueira commum, porque esta não tem folhas que cheguem nem para uma tanga.

Bernardim de Saint-Pierre parece adoptar a opinião de que havia bananeiras no paraiso terreal, e que o pae do genero humano talhára das folhas d'esta planta os primeiros calções, porque na *Chaumière Indienne* se exprime elle n'estes termos:

A bananeira podia bem supprir todas as necessi-

dades alimenticias do primeiro homem. O seu fructo é o mais salutar de quantos se conhecem. Um só cacho carrega um homem. A copa ampla e não muito alta, fórma um guardasol magnifico; e as folhas de bellissimo verde, compridas, largas e assetinadas, servem para tangas ou bragas. Como são muito flexiveis, os indios usam tambem d'ellas para fazer vasos onde recolhem a agua e os comestiveis; com ellas cobrem as suas cabanas, e do talo extrahem fio para tecidos. Duas folhas de bananeira cobrem um homem da cabeça até aos pés.

Ainda mais; esta planta, que nos nossos climas não dá fructo senão passados tres annos, no seu produz em menos de um. E posto que seque o pé que fructificou, como tem em volta uns doze filhos ou rebentões, que d'elle vão nascendo successivamente, todos os mezes dá fructo.

N'outro capitulo faz tambem a seguinte apologia da banana:

«Vi na ilha de França [1] muitas bananeiras, umas anãs, outras gigantes, originarias de Madagascar, [2] cujo fructo, comprido e recurvado, alli chamam *pontas de boi*. Uma só banana dá para jantar um homem. A especie commum é unctuosa, saccarina, farinhenta, e tem um sabor mixto da pera do bom christão e da maçã raineta. A polpa tem a consistencia da manteiga fresca no inverno, de sorte que não necessita de dentes para se mastigar, e por isso serve de alimento tanto ás crianças de leite, como aos velhos desdentados. Não se lhe acha semente nem placenta, como se a natureza quizera tirar tudo o que podesse causar o mais leve obstaculo a este alimento do homem. E de todas as frutas, que eu conheço, a unica que goza de tal privilegio. Tem outros ainda, todos raros, entre elles o de não apodrecer antes de chegar á sua natural madureza; e se colhermos um cacho ainda verde, amadurece perfeitamente, conservando-se por mais de um mez.»

E com effeito a banana é para os habitantes das regiões intertropicaes, o mesmo que a batata para os das regioes temperadas. O barão de Humboldt diz, que por observação que fizera na America do sul, um hectare de terra de bananeiras produz cada anno a prodigiosa somma de 183,000 kilogrammas d'esta substancia alimenticia. Á vista d'isto tem-se já feito tentativas para conseguir que os pobres da Europa participem d'esta superabundante fertilidade da bananeira; mas ainda se não achou meio de transportar o fructo com acondicionamento e facilidade que se não damne ou sáia caro.

Ha tres especies principaes de bananeira: a bananeira gigante *(musa paradisiaca)*, communissima em todas as colonias tropicaes: a bananeira anã, ou da China *(musa sinensis)*, quasi tão fertil como as antecedentes: e a bananeira textil *(musa textilis)*, que não se deixa fructificar, nem sequer florir, porque se deve cortar em verde, para se lhe extrahir a fibra que no commercio se chama abaca, e que serve principalmente para velame dos navios.

Os viajantes europeus, quando partem das terras onde ha bananeiras, costumam fazer provimento de farinha extrahida da polpa deseccada do fructo d'esta planta, que dizem ser mui nutritiva, saudavel e gostosa.

Em Nova Granada é commum o pão de banana. Nas Antilhas e Cayena fazem uma bebida chamada vinho de bananas, de que extrahem boa aguardente. Os talos dão-se como forragem ao gado; e da medulla se fazem papas. O succo de que abunda o talo da bananeira foi analysado por Fourcroy e Vauquelin, que o capitularam por um adstringente util para moderar os fluxos de ventre.

Napel-Lachenaye descobriu nos talos da bananeira um novo producto que deve enriquecer a physiologia vegetal e a economia domestica. Cada pé de bananeira, diz elle, dá perto de oitava e meia de trachéas, cujos fios são mais compridos, mais elasticos, e mais aptos para se ligarem entre si que os das diversas especies de algodão. Portanto é possivel fabricarem-se tecidos de extrema flexibilidade, e chapeos tambem. Esta materia prima é sobre tudo excellente para torcidas, porque não formam, como as de algodão, a pevide ou morrão que diminue tanto a luz: as torcidas de fibra de bananeira não tem necessidade de ser espevitadas.

Para não citarmos só os estranhos, reservámos para o fim dar um extracto da descripção que o nosso Brotero faz da bananeira.

E este:

A bananeira é planta herbacea dos paizes quentes da Asia, Africa e America. E do tamanho de uma arvore mediana; não tem tronco propriamente tal, pois o que lhe serve de pé vem a ser um rolo de oito até dez pollegadas de diametro, composto de folhas acamadas mui congedamente umas sobre outras, mas desapegadas, a que chamam sobrecapas. Esta haste se eleva a dez ou doze pés de altura, e é tão tenra que com um só golpe de foice se póde cortar cérce.

As folhas, contando-lhe o peciolo que as sustenta, tem de seis a nove pés de comprimento, e quasi dois na maior largura: são mui lisas, e de bellissimo verde, mais carregado da parte de cima que da de baixo.

Do centro d'estas folhas sáe uma haste grossa, verde e lenhosa, dividida em nós, inclinada, e terminando n'um botão composto de folhas ou escamas espathaceas, côradas, oblongas, apinhadas umas sobre outras, d'onde sáem as flores, que dão fructo de quatro, cinco, e seis pollegadas de comprido, da feição de pepinos pequenos. São as bananas. A pelle, quando o fructo está maduro, fica da côr do oiro; o miolo é amarellado, molle, unctuoso, sem pevide nem caroço, e de sabor agridoce mui gostoso.

Nasce este fructo em fórma de cacho, formado de nove até dez divisões, verticilladas ao redor do pé commum; cada divisão consta de curtissimos esgalhos, e é composta, segundo o vigor da planta, de seis, oito e dez bananas, muito unidas. A estes esgalhos chama-se *pencas;* e ao aggregado das pencas *espádice*.

A banana é mui nutritiva, mas de difficil digestão. Comem-se cruas, assadas, e tambem cozidas em agua, ou vinho, e até fritas em manteiga. N'alguns paizes fazem pão de banana, e uma bebida assucarada, fervendo-as n'agua.

A haste d'este precioso fructo tambem serve para fazer panno, tirando-se-lhe fios mui rijos, mediante certa preparação.

A bananeira não dá fructo mais de uma vez: multiplica-se, porém, pelos filhos, que lhe nascem da raiz, e que são uma especie de gomos ou bolbos. Só no fim de um anno é que dá fructo.

Não ha no mundo alegria sem sobresalto; não ha concordia sem dissensão; não ha descanço sem trabalho; não ha riqueza sem miseria; não ha dignidade sem perigo; finalmente, não ha gosto sem desgosto.

Fr. Heitor Pinto.

[1] Esta ilha do mar das Indias foi descoberta pelo nosso João Pimentel, em 1519, e se chamou ilha de Cirne. Quando no tempo dos Filippes os hollandezes nol-a arrebataram, pozeram-lhe o nome de Mauricia; e os francezes, que lh'a conquistaram, chrismaram-n'a em ilha de França.

[2] É a famosa ilha que os nossos navegadores descobriram em 1506, e a que chamaram ilha de S. Lourenço, por ser descoberta no dia d'este santo.

AS ROSAS ENCANTADAS

CONTO PENINSULAR

V

(Vid. pag. 381)

Isabel estava no jardim havia meia hora, mas o negrinho encantado ainda não tinha apparecido. Decorreu uma hora, passaram mais duas, e elle, seu amigo extremoso, sem lhe saír ao encontro.

A pobre criança chamava-o com carinhosas palavras, chorando. Ninguem respondia aos seus queixumes.

Cançada e inconsolavel, retirou-se; e ao desataviar-se, viu no toucador a rosa de Alexandria que recebêra na vespera de S. João entre as de oiro e perolas. Aquella lembrança unica de tão fiel amigo perdido pela ingratidão, excitou-lhe a sensibilidade, e principiou a beijar a flor com amoraveis suspiros e entrecortados soluços.

De repente girou o espelho do toucador, e appareceu o negrinho com o rosto amofinado, e os olhos molestos do pranto.

— Ah! — exclamou Isabel entre assustada e alegre.

— A final, recordaste-te, minha Isabel, do infeliz desterrado. Vou morrer porque amas outro; e apesar do acerbo futuro que me aguarda, agradeço-te d'alma que te fiques ao meu lado na hora do passamento.

— Tu morres! Por que? Porventura não és tu o genio da noite...

— Não te disse que ha um mysterio impenetravel na minha vida e no meu ser?... Não sabes que só tu podes quebrar o sêllo do livro dos arcanos?

— Quero expiar a minha ingratidão com as lagrimas e com o sangue; não morrerás, dize-me o que hei de fazer...

— Renunciar o teu casamento.

— Que!...

— Ouve-me. D. Cesar não te ama, cega-o e allucina-o a tua formosura, porque és como o sol a cujos vivos resplendores não podem resistir olhos humanos; e se pretende casar comtigo é, além da tua belleza e mais valiosos que ella, pelos thesouros que teu pae desperdiça, e a esplendida riqueza que ostentas...

— D. Cesar é rico...

— Foi; jogador, rixoso, dado á vida licenciosa, dissipou o patrimonio que em breve irá parar com a honra ás mãos dos usurarios; tornar-te-ha desgraçada se o amares, precipitar-se-ha no crime se o aborreceres. Fallo-te sincera e francamente, a respeito do presente, e vejo o teu futuro tão claro como se em um espelho se retratasse. Aprouvéra ao ceo que D. Cesar podesse fazer-te a mais ditosa da terra, e eu morreria contente entre os maiores supplicios; mas...

— Aterram-me os teus prognosticos!... Meu pae resume o seu orgulho em tão illustre genro!... Parece-me que te illudem os infundados zelos que alimentas, porque D. Cesar de Toledo não é tão mau como o descreves; pelo contrario, uma condessa, senhora idosa e de experiencia, dizia-me hontem que os galanteadores e peralvilhos eram os melhores maridos.

— Consentes em uma prova?... É terrivel, mas póde fazer-nos tão venturosos!... Salvar-me-hias a vida, sorriria-me o futuro, e conheceriamos a verdade dos sentimentos do teu amante.

— Dize-me o que intentas fazer.

— É impossivel! Não sabes que um terrivel mysterio me cerca, e não posso ter communicação alguma com o mundo?

— Eu...

— Sim; és um anjo... porém talvez não poderias deixar de o revelar: perdoa-me esta desconfiança. Não tens fé em mim?

— Consinto, e espero vencer-te.

— Quantas amarguras te ha de custar essa esperança!

— É cruel conceder-te licença ás cegas...

O negrinho não respondeu. Entrára a manhã sem que d'isso se percebessem os dois, e ao dardejar o primeiro raio do sol no quarto, o espelho girou de novo, e por detraz d'elle desappareceu o encantado, ficando tudo como d'antes.

O dia que principiava devia concluir-se com a boda de Isabel; tinham-se feito sumptuosos preparativos, e a cidade inteira fallava d'aquella festa. As galas e joias da noiva sobrepujavam qualquer encarecimento, e o adorno da casa, convertida em palacio, fizera-se duplicadamente magnifico.

Isabel estava triste, e ouvia distrahida a D. Cesar, que levava em si, nas galas, os ultimos restos do seu credito.

Chegou a final o momento, retirou-se o noivo para voltar com as testimunhas; saíram as outras pessoas a prepararem-se para a ceremonia, e ficaram sós Pero Antunez e sua filha.

VI

Soava a ultima badalada das trindades, quando D. Cesar de Toledo, acompanhado de seus amigos, subia a rua de Gomeres. Chegando á casa da sua amada quiz entrar, mas dando o primeiro passo, como que hesitou e retrocedeu para examinar a frontaria. Tudo estava mudado. D. Cesar e seus amigos olharam-se attonitos, e duvidaram da propria existencia. Seria aquella a casa que duas horas antes haviam deixado transformada em sumptuoso palacio? Não podia confundir-se com outra, porque occupava o extremo da rua. Existia a casa, mas pobre, desconcertada, quasi em ruinas, como o doutor Graciano a deixára em herança aos forasteiros.

Decidiram-se por fim a entrar os cavalheiros, chamaram ao acaso, porque nem luz havia onde momentos antes brilhavam custosas lampadas venezianas. A propria Isabel veiu abrir-lhes a porta.

Subiram, e encontraram-se aquelles senhores em uma sala das dimensões da antiga. Os tapetes flamengos, os cortinados de veludo e oiro, as alfaias, os tamboretes, os candelabros de prata mexicana, os espelhos colossaes, as lampadas de agatha, os diversos e notaveis quadros, haviam desapparecido das paredes, deixando-as ennegrecidas pelo fornilho do ecclesiastico alchimista.

Pero Antunez estava sentado com ar tristonho n'um dos degraus da escada que dava para o observatorio, vestido como antigamente. Isabel, tambem em vez de matrimoniaes galas, vestia o trajo modesto que lhe criticaram as visinhas na tarde da vespera de S. João: sáia de panno verde, roupinhas do mesmo, camisa fina, branca, engommada, pregada, o collo guarnecido de cabeção carmesim, gargantilha de pedras moiriscas, e as tranças apanhadas com fios de prata. Mais formosa parecia a alguns com aquelle trajo plebeu.

Ninguem se atrevia a fallar. D. Cesar, a final, cobrindo-se e pondo a mão na espada, com enfadamento disse:

— Que zombaria é esta, e quem são vocês que tanto se parecem com o senhor Antunez e sua filha Isabel?

— Não ha aqui escarneo senão infortunios, senhor D. Cesar de Toledo; ordenae a esses cavalheiros que

se retirem, e escutae-me por alguns instantes. Sou o mesmo Pero Antunez de ha duas horas.

— A todos nos deveis satisfação, e elles hão de ouvil-a, porque deviam ser testimunhas da minha boda.

— Como for do seu agrado.

E em succintas palavras contou o forasteiro a sua historia ao noivo despeitado; a sua chegada, a herança e acquisição do açafate inesgotavel, deixando de fallar nas ultimas vistas de sua filha com o negrinho, por não haverem chegado ao conhecimento de Pero Antunez. Referiu-lhe como de subito se dissipára em fumo o adquirido, e até víra mudar o seu vestuario. Coisa grave tambem era que, no meio da transformação geral, desapparecêra o açafate prodigioso.

— Em fim, senhor D. Cesar, — rematou Antunez, — o senhor é rico; Isabel nada perdeu em belleza; por esta circunstancia e pelos dotes relevantes da sua alma, estimastel-a; celebremos, pois, secretamente o consorcio...

— A pobreza embruteceu-vos, senhor rustico; julgaes que com a graça e discrição poderei pagar as minhas dividas? Demais, a illustre linhagem dos Toledos envilecer-se-hia descendo até um desprezivel mendigo.

Assim respondeu com insolente modo D. Cesar,



Tumulo do conde D. Henrique

que nada comprehendia senão a pobreza real da sua futura, com o que todo o seu amor se havia congelado.

— Não a amastes com tamanho encarecimento? Porventura não sabieis já a humildade do seu berço?

— Não comprehendo o que se passa aqui; mas de qualquer modo zombam de mim, e retiro-me para não calcar os foros d'esta miseravel pocilga.

As testimunhas desataram a rir estrepitosamente, vendo o estupido assombro de Pero Antunez, e o noivo, enfadado, tomou, a passo largo, o caminho da escada.

Isabel estava no primeiro patamar, pallida e lacrimosa, e os que d'antes a respeitavam dirigiram-lhe mil bernardices, onde se não guardavam os preceitos da decencia.

— O habito não faz o monge, — disse seu pae; — tem razão, e a benção não é essencial para o matrimonio.

— Bravo! Saíu-se retrucadora!

— Foi pena que o açafate desapparecesse!

— Com esses trajos de plebea podias ser a mais formosa das amantes; — e dizendo isto, D. Cesar ousou apertar-lhe a mão, e pretendia beijar-lh'a; Isabel repelliu-o com violencia, e retirou-se para o interior da casa.

A pobre menina, depois de tal desengano, comprehendeu a verdade das palavras do negrinho, o terrivel da provação, a sua tristeza e amargura; então adivinhou que a amizade do amigo encantado era verdadeira.

Pero Antunez quiz que saíssem de Granada no mesmo instante, porque não poderiam resistir aos sarcasmos de todos, ao vel-os em tão deploravel estado.

Isabel queria antes d'isso fallar com o negrinho.

Em vão foi esperar uma, duas, tres noites, o negrinho não appareceu, e inutilmente correram as lagrimas da infeliz.

Os nossos forasteiros venderam a propriedade, cuja transformação servia de alimento á curiosidade publica, e com ella todos os limitados haveres do doutor Graciano, e saíram de Granada para a sua terra.

Vão com a benção de Deus, pae e filha, que em quanto elles caminham, narraremos nós o que fez D. Cesar de Toledo.

(Continúa)

OS TUMULOS DO CONDE D. HENRIQUE E DA RAINHA D. THERESA

Poucos monumentos conserva Portugal dos primeiros tempos da monarchia. Muitos d'elles aluiram-se e perderam-se no meio das convulsões do solo. Alguns, caducando precocemente por defeito e mesquinhez de construcção, desappareceram, cedendo o logar a novas edificações. Outros, querendo os reedificadores amparal-os e conserval-os, foram por tal modo mascarados e deturpados, que difficilmente deixam ajuizar das suas feições primitivas.

Todavia alguns existem, que conservam o typo



Tumulo da rainha D. Theresa

genuino da architectura que presidiu á sua fundação, ou pelo menos bastantes indicios da sua originalidade.

Quem olhar superficialmente para estes edificios, tão modestos e singelos, não vê n'elles mais que duas revelações do passado: a infancia da arte, e a pobreza do paiz n'essas eras remotas. Porém se quizerem contemplal-os com olhos de meditação e philosophia, verão tambem n'elles retratadas a simplicidade dos costumes, e a modestia e frugalidade do viver das gerações que os levantaram.

Nas sepulturas avultam por egual modo, se não mais distinctas, essas qualidades verdadeiramente christãs, caracteristicas da sociedade portugueza nos principios da monarchia.

Em quanto o feudalismo procurava em toda a Europa perpetuar o seu orgulho e vaidade além da morte na grandeza e magnificencia dos tumulos, uma simples loisa cobria de ordinario, em o nosso paiz, os restos mortaes dos que em vida tinham sido grandes e poderosos. Modestos e singelos em quanto vivos só ambicionavam na morte repouso eterno para a alma, e sepultura humilde para o corpo. Mesmo aquelles que se sentiram aguilhoados pela ambição e pelo orgulho, buscavam na hora derradeira apagar a memoria de taes vicios sob a humildade de uma pobre campa.

O conde D. Henrique, e a rainha D. Theresa sua esposa, já illustres por sua regia ascendencia, e illustrissimos como glorioso tronco d'onde brotaram tantos reis, principes, e princezas, que honraram o solio portuguez, e que brilharam sobre os mais esplendidos thronos da Europa, tiveram por unico abrigo na estancia da morte duas toscas lages de

granito, e por unica divisa alguns caracteres mal gravados, que indicavam estarem alli enterrados os paes do primeiro rei de Portugal. Os mausoleus, que hoje encerram as suas cinzas, só ao cabo de 4 seculos foram construidos.

E o fundador da monarchia, cujo diadema se ornou com os loiros de cem batalhas; e o seu inclito herdeiro, que juntou ás glorias de conquistador o honroso epitheto de *povoador* e *pacificador*, jazeram por largos annos em sepulturas razas, sem outro signal que as differençasse da do mais infimo dos seus vassallos, além dos laconicos epitaphios. Só passados mais de tres seculos é que se fabricou morada digna de tão grandes vultos historicos.

No seculo XIV é que principiou a introduzir-se algum luxo na construcção dos tumulos. Até então não passavam de uma arca de pedra inteiramente lisa, ou adornada de ligeiras esculpturas, e quando muito com uma estatua grosseiramente esculpida sobre a tampa.

Os primeiros mausoleus que se erigiram n'este paiz, mais grandiosos por suas proporções, e mais ricos d'arte, foram, segundo cremos, o del-rei D. Diniz, que está em uma capella junto da egreja das freiras de Odivellas; o de sua esposa, a rainha Santa Isabel, que existe no coro de baixo da egreja das freiras de Santa Clara, de Coimbra; e o do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, o qual se acha na egreja velha da Misericordia, contigua á sé primaz.

Aquelle mesmo seculo viu levantar no templo d'Alcobaça os soberbos tumulos de D. Pedro I e D. Ignez de Castro; e em S. Francisco de Santarem o del-rei D. Fernando, todo coberto de engraçados e delicados relevos.

Pertencem ao seculo XV, a sumptuosa *capella do fundador* na Batalha, com os sepulchros de D. João I e de seus filhos; o tumulo de D. Pedro de Menezes, conde de Vianna, e primeiro governador de Ceuta, na egreja da Graça em Santarem; e o de seu filho, D. Duarte de Menezes, tambem conde de Vianna, em S. Francisco da mesma villa, ambos riquissimos, e sobresaindo pela variedade e belleza dos lavores, e pela maior perfeição da esculptura.

Do seculo XVI mencionaremos apenas dois mausoleus, que se extremam d'entre todos os monumentos sepulchraes do nosso paiz pela sua magnificencia verdadeiramente real. São os tumulos de D. Affonso Henriques e de D. Sancho I, na capella-mór da egreja de Santa Cruz de Coimbra, mandados fazer por el-rei D. Manuel.

Vê-se n'este abbreviadissimo quadro, como no decurso de tres a quatro seculos, a simplicidade dos costumes se foi corrompendo pelo luxo, e como a humildade christã degenerou na vaidade pagã.

Estas nossas considerações contrastam, porém, singularmente com os dois monumentos, cujo desenho acompanha este artigo. Erguidos em honra de dois personagens tão importantes na historia portugueza; fabricados no seculo a que melhor quadra o titulo de *edade d'oiro de Portugal*; seculo que se distinguiu entre nós pela florescencia das artes, e pela grandeza e riqueza das edificações; mandados fazer pelo arcebispo de Braga D. Diogo de Souza, que deixou bem assignalada a sua munificencia e alteza d'animo na reedificação da capella-mór da sé; desdizem das cinzas, que em si guardam, da epocha que os viu levantar, e do prelado que os mandou construir.

São de granito, e acanhados nas suas proporções, pois que não chegam a ter cinco palmos de altura, com pouco mais de sete de comprido. As estatuas são pequenas, e a esculptura grosseira. A qualidade da pedra não consentia ao cinzel maior perfeição. A estatua do conde está vestida de armas brancas, e acha-se mutilada. A da rainha, trajada de tunica e capa, e com a fronte cingida por uma coroa real, está menos destruida.

No epitaphio do conde caiu o arcebispo em grande erro (o que se póde ver na respectiva estampa), chamando-lhe filho do rei de Hungria. Foi um erro bebido na chronica de Duarte Galvão, a qual appareceu á luz por aquelle tempo. O conde D. Henrique era filho de Henrique de Borgonha, neto de Roberto I, duque de Borgonha, bisneto de Roberto II, o Devoto, rei de França, e terceiro neto de Hugo Capeto rei do mesmo paiz, e chefe da dynastia que do seu nome se intitulou *capéta*, a qual reinou em França desde o anno 987 até á revolução de 1848, que expulsou do throno a Luiz Filippe.

Parece que nasceu o conde D. Henrique no anno de 1035. Passando a militar na Hespanha contra os moiros, desposou-se pelos annos 1093 com D. Theresa, filha de D. Affonso VI, rei de Leão e Castella, que lhe deu em dote Portugal. Não se sabe ao certo o anno em que entrou a governar este paiz. Dividem-se as opiniões pelos annos de 1094 a 1096. Falleceu na cidade de Astorga no 1.º de Novembro de 1112, d'onde foi logo transportado por seu filho D. Affonso Henriques para a sé de Braga, que elle proprio á hora da morte designára para seu jazigo. Foi enterrado em uma capella da mesma sé, mas separada da egreja, e conhecida mais tarde pelo nome de *capella do arcebispo D. Lourenço*, por se achar n'ella o tumulo que encerra o corpo incorrupto d'este prelado, que militou valorosamente, e foi ferido na batalha d'Aljubarrota ao lado do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

D. Theresa, que segundo o uso do seu tempo tomou o titulo de rainha como filha de rei, morreu no 1.º de Novembro de 1130, e foi sepultada na mesma capella.

Em 1513 foram trasladados os seus ossos e os do conde para a capella-mór da sé. Porém ambos os despojos mortaes foram lançados, não sabemos por que razão, no tumulo destinado para o conde D. Henrique.

Talvez que isto succedesse por não estar concluido o mausoléo da rainha D. Teresa, e o arcebispo D. Diogo de Souza ter pressa de fazer a trasladação, contando depois proceder á separação e mudança dos ossos da rainha.

Entretanto o que é fóra de duvida, é que os dois tumulos são obra de D. Diogo de Souza, e que movendo-se questão em 1598 ácerca do logar, onde jazia D. Theresa, visto achar-se vasio o tumulo, que para ella fôra erguido na capella-mór, D. Fr. Agostinho de Castro, então arcebispo de Braga, mandou abrir o sepulchro do conde D. Henrique, assistindo a este acto com os seus conegos, e outras pessoas convidadas, e n'elle se encontraram os ossos dos dois esposos, envoltos em damasco amarello. Separados os da rainha por varios cirurgiões para esse fim convocados, foram depositados no outro tumulo. Celebrou-se esta ceremonia no dia 28 de Novembro do referido anno de 1598.

Estão collocados os tumulos aos lados do altar-mór: o do conde D. Henrique da parte do evangelho, e o da rainha D. Theresa da parte da epistola. Mas é tão apertado o logar, que apesar da pequenez dos monumentos, foi mister para alli se accommodarem cavar um pouco as paredes lateraes da capella-mór.

Parece, ás vezes, que a sorte adversa persegue os individuos ainda além da tumba. Só d'este modo se explicará a contradicção que acima notámos; e o estado de deterioração de dois mausoléos, que não contam bem tres seculos e meio, e que sempre estiveram em um logar tão honorifico e reservado co-

mo é a capella-mór de uma sé; e a circumstancia de se acharem ambos occultos debaixo de duas credencias.

J. DE VILHENA BARBOSA.

A CASA DOS BICOS

(Vid. pag. 383)

VI

Por esta declaração authentica do filho, sabemos que elle tinha dado *grossa renda* aos frades da Graça, para que o jazigo de seu pae, o grande Affonso de Albuquerque, fosse na *capella-mór* d'aquella sumptuosa egreja. A segunda edição dos «Commentarios» tem a data de 1576, dez annos depois da chegada dos ossos vindos de Goa.

Ora em 1556 tinha-se começado a reedificar a egreja da Graça, *porque a antiga, tendo já 285 annos, as paredes se mostravam cançadas de sustentar o peso da abobada*, segundo se exprime o jesuita que, em 1704, deu ampla descripção d'este novo templo, obra que se conserva inedita na sala dos manuscriptos da bibliotheca nacional de Lisboa, com a marcação A. 3. 21.

Foi naturalmente por esta occasião que o filho de Affonso de Albuquerque contratou com os frades, dando-lhes *grossa renda*, para que a capella-mór ficasse sendo a jazida de seu pae.

Acceitaram os frades a offerta, isto é, fizeram venda da capella-mór para tão honrada sepultura: mas depois «roeram-lhe a corda» (tolere-se-nos o rifão, que é bem cabido em boccas tão famintas). Quando o filho de Albuquerque morreu, que foi em 1580, durava ainda o pleito que os frades lhe haviam proposto, para que lhes largasse a capella-mór da Graça, como elle proprio o declara nas seguintes palavras do testamento com que falleceu: *E porque trago demanda com os ditos padres sobre lhe largar a dita capella, etc.*

Tratámos de indagar onde paravam os autos d'esta demanda, que deviam ser curiosos, pois nos dariam razão dos motivos por que os frades queriam rescindir um contrato que lhes dava tanta nomeada e gloria ao seu novo templo, qual a de ser deposito de tão honradas cinzas. Os autos, porém, segundo todas as presumpções foram dos que ficaram sepultados nas ruinas do terremoto de 1755, ou talvez os frades os queimassem, para que a posteridade não tivesse noticia de tão escandalosa rescisão.

Vendo nós, porém, que o citado codice da bibliotheca dizia que os frades haviam vendido a capella-mór para jazigo de D. Diogo de Menezes, primeiro conde da Ericeira, fomos ao cartorio das capellas e jazigos, que se conserva no hospital de S. José, e ahi, no liv. 1. n. 163 do extincto da Graça, achámos, com effeito, alguma coisa a este respeito, sob o titulo de: Capella de D. Diogo de Menezes, da casa dos condes da Ericeira. Contém o traslado de varios documentos e transacções com os herdeiros do instituidor da capella sobre o rendimento applicado para diversos suffragios, e, entre elles, um alvará de el-rei D. João IV, datado de 19 de maio de 1644 permittindo aos religiosos do mosteiro da Graça possuirem para sempre 500$000 réis de juro n'um padrão, *em logar dos bens de raiz que possuiam em terras jugadeiras, pelo contrato feito com Affonso de Albuquerque, pela capella-mór da egreja do dito mosteiro, contrato que está desfeito por sentença contra os herdeiros do dito Affonso de Albuquerque;* e isto para que tenha effeito no contrato que os frades fizeram com os testamenteiros do conde da Ericeira, sobre a mesma capella.»

Este, além dos 500$000 réis, de juro annual, que deu ao convento, pela capella-mór que tinha comprado o filho de Affonso de Albuquerque para perpetuo jazigo de seu pae, deu mais duas tapeçarias, tudo com a obrigação de tres missas quotidianas e dois anniversarios.

Aqui está, pois, sabido o exito da demanda que os frades intentaram contra o filho de Affonso de Albuquerque. Houve outro defuncto que deixou mais, e por isso os ossos do fundador do imperio portuguez da India foram deitados para um canto, e depois sumidos, perdidos para sempre!

O piedoso filho, vendo a má vontade dos gracianos, e prevendo já que perdia a demanda que haviam intentado contra elle, tratou, em vida, de edificar á sua custa um templo, em que para sempre jazessem descançadas as cinzas d'aquelle que em vida tinha feito já a muitos comerem-se de inveja.

Eis o que lemos no seu testamento:

Digo e declaro, que por minha propria vontade, sem meu pae o mandar em seu testamento, como d'elle se verá, determinei tomar *para sepultura de seus ossos*, minha e de minha mulher, *a capella mór* de Nossa Senhora da Graça, da ordem de S. Agostinho, para o que *tinha feito contrato* com os padres do dito mosteiro, no *qual lhes dotei certa fazenda* com certas obrigações. E por os ditos padres *não cumprirem* commigo como eram obrigados, e *pelo que em minha vida vi e entendi*, que pois *faltavam* na vida, sendo presente, muito mais faltariam depois da morte; por a experiencia que d'isso alcancei, e por outros justos respeitos que me a isso levaram, mando:

Que sendo caso que antes da minha morte não tenha mandado as ossadas de meu pae, mulher e filha, á egreja de S. Simão, que mandei fazer á minha custa, em Azeitão, que logo as façam mandar para a dita egreja, conforme a declaração do livro que d'isso tenho feito B.^or^ da Matta.

E porque *trago demanda com os ditos padres, sobre lhe largar a dita capella etc.* (Manuscripto da bibliotheca nacional de Lisboa).

D'aqui se vê que os frades, assim como tinham renhido sobre a conta que eram obrigados a dar do rendimento dos bens que haviam recebido para suffragar as almas dos ascendentes de Affonso de Albuquerque, tambem agora se mostravam arrependidos de terem concedido a sua capella mór para jazigo de tão gloriosas cinzas, a ponto de obrigarem o bom filho de tal heroe, a edificar um templo especialmente destinado para sepultura de seu pae, como de feito edificou á sua custa na villa de Azeitão.

Mas foram para alli transferidos effectivamente os ossos do grande conquistador da India?

O padre Luiz Cardoso, que tantas noticias recolheu para o seu excellente *Diccionario Geographico*, formando para a composição d'elle uma serie de interrogatorios que por ordem superior foram remettidos a todas as auctoridades civis e religiosas, fallando da referida egreja de S. Simão, e citando até documentos do cartorio diz: «Para esta egreja determinou seu fundador trasladar os ossos de seu pae, da capella-mór de Nossa Senhora da Graça dos religiosos eremitas de S. Agostinho da cidade de Lisboa, *o que até agora* (1745) *se não fez*. (T. I pag. 734.)

E evidente, pois, que os restos mortaes de Affonso de Albuquerque ficaram na Graça. Mas esquecidos, desprezados, sem monumento, sem lapide, e talvez sumidos de proposito pelos frades, como nos inculcam os seguintes documentos!

Como o chronista dos gracianos, fr. Antonio da Purificação, fazendo ampla descripção das sepulturas de pessoas notaveis que havia no convento de Lisboa, nem sequer faz menção de Affonso de Albuquerque; tão pouco diz uma palavra ao menos, o padre Antonio de Carvalho na descripção que faz da egreja da Graça, na sua *Chorographia Portugueza*, tratámos de indagar em que paragem da egreja estavam, ou tinham estado estes ossos, com cuja posse, e por cuja virtude, os portuguezes da India contavam nunca perder um palmo de terra por elle conquistado.

Ninguem nos soube dizer; nenhum dos egressos que ainda hoje vivem d'aquella extincta ordem tinha sequer ouvido fallar em tal n'aquelle convento, nem uma inscripção, uma letra, uma cruz, nada!

Que vergonha, e que ingratidão esta, da patria que tal homem engrandeceu como poucos...

E todavia temos um documento que prova haverem estado os ossos do grande capitão soterrados na capella-mór da Graça. É o codice C. 5. 13. da sala dos manuscriptos da bibliotheca nacional de Lisboa que tem por titulo: *Nobiliario de varias familias de Portugal*, que não só por ter sido cotejado com o nobiliario feito pelo arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha em 1631, como dizem as annotações marginaes, mas pelo caracter da letra, mostra ser d'aquelle tempo, e é autographo. Ahi, no titulo dos *Gomides Albuquerques*, se diz que o grande Affonso de Albuquerque está enterrado na capella-mór de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa, e sobre a sepultura tem as bandeiras que tomou aos reis moiros, e um letreiro que diz: *Aqui está o grande Affonso de Albuquerque.*

Para onde levaram os frades este singelo epitaphio, e as bandeiras moiriscas?

Nenhum dos impressos posteriores fallam em similhante epitaphio n'aquelle convento; nem o chronista da ordem, aliás um chapado mentiroso, [1] posto que escrevesse a chronica ao tempo que concluiu o citado nobiliario. Vê-se que havia mancommunação com os frades para se não fallar em tal. O jesuita que escreveu o livro que já citamos, guardou o mesmo silencio.

Procurámos em differentes estações publicas os papeis que d'aquelle convento haviam saido, e só na repartição de fazenda do districto de Lisboa, achámos o livro de registo das missas que os frades da Graça tinham obrigação de dizer por alma de seus bemfeitores, e ahi, entre uma longa serie de defunctos obscuros, achámos o seguinte, a fol. 302:

«Affonso de Albuquerque. — Por sentença do provedor das capellas, tem este defuncto n'esta casa uma missa quotidiana, sómente, a qual pela dita sentença paga o administrador conforme ao ordinario em que se monta cada anno dezoito mil trezentos réis. É hoje administradora d'esta capella D. Luzia de Menezes, mulher que foi de Lourenço de Souza, aposentador.»

Começa o assento das missas em 1623, e termina em 1732. Tem uma cota á margem de letra d'esta epocha que diz: O conde de Santiago paga esta capella, e dá 43$560 réis. A folha em que isto está escripto, apesar de ter ainda grande espaço em branco, não diz mais nada.

Fomos em busca dos successores da casa de Santiago, e soubemos que era actualmente a de Pombal.

O excellentissimo marquez d'este titulo nos disse, que parte dos vinculos do conde de Santiago se achavam encorporados nos da sua casa, por successão que seus ascendentes haviam recebido da do conde de Sarzedas. Que era elle que pagava os suffragios por alma de Affonso de Albuquerque, ao hospital de S. José, depois da extincção do convento da Graça.

Dignou-se este nosso illustrado fidalgo mostrar-nos todos os papeis que no seu cartorio tem a tal respeito; e entre elles achámos a verba do testamento do grande Albuquerque [1], feita em 1506, na qual institue um legado perpetuo na egreja da Graça, para n'ella se dizer missa quotidiana por alma de seu pae, de sua mãe, e d'elle, determinando que esta missa (formaes palavras) *se diga no altar da capella do capitulo aonde jaz meu pae e meu bisavó.* Para isto deixa onerados os bens livres que possuia em Alhos Vedros, Atouguia e Alhandra.

Tem esta verba disposições mui notaveis, entre outras, a de recommendar o testador, que não quer a missa dita por nenhum frade, sim *por um clerigo de bom viver*, ao qual manda se dêem seis mil réis cada anno, para elle e para a candeia com que disser a missa; e mais mil e duzentos para um moço que o sirva.

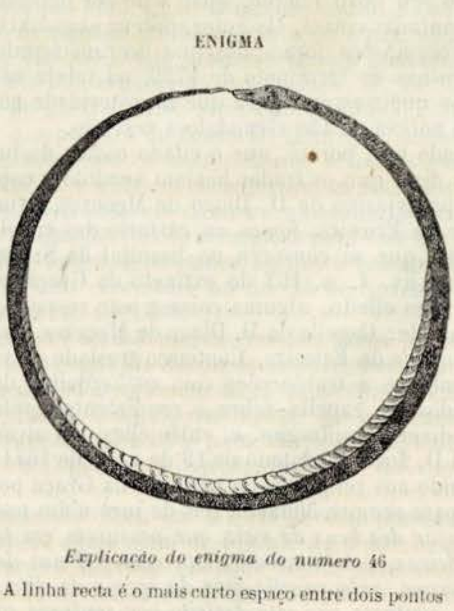
E para que o seu capellão não usasse de coisa alguma pertencente aos frades, ordenou que se comprasse uma vestimenta de seda, e um calix de prata para dizer esta missa, e que tudo estivesse fechado n'uma arca, na capella ou na sacristia. Prevendo que os frades se haviam de escandalisar com tão affrontosa recommendação, dispoz Affonso de Albuquerque o seguinte: Não consentindo n'isto os frades nem querendo que se diga a dita missa, cantase em Santo Eloy, indo o clerigo de fóra como tenho dito, com tudo que necessario for.»

Aqui está pois explicada a raiva que os frades da Graça tiveram sempre á familia dos Albuquerques, e a razão por que commetteram a infamia, não só de lhe venderem o jazigo, mas de lhe sumirem os ossos, aquelles ossos que tantos trabalhos e dispendios custaram a seu filho, a ponto de ser necessario conseguir uma bulla do papa, com excommunhão maior, para todos os que na India se oppozessem á sua trasladação para Portugal.

Para terminarmos esta digressão, resta-nos ainda adduzir alguns factos, que nos parecem demonstrar que os frades da Graça sumiram, acintamente, os ossos de Affonso de Albuquerque.

Vêl-o-hemos no numero seguinte.

ENIGMA



Explicação do enigma do numero 46

A linha recta é o mais curto espaço entre dois pontos

[1] Veja-se o que diz a este respeito o nosso collaborador Innocencio Francisco da Silva no t. I pag. 242 do Dicc. Bibl.

[1] D'este precioso documento, que se julgava perdido, conseguimos achar uma verba importante.

Lisboa — Typographia de Castro & Irmão — Rua da Boa-Vista — Palacio do Conde de Sampayo.